

Conversa sobre o Futuro da Democracia

Daniel Innerarity

Coprodução:

 FUNDAÇÃO
CALOUSTE GULBENKIAN

 RTP 3

FUTURE FORUM

Conversa sobre o futuro da Democracia

Daniel Innerarity

O déficit de complexidade das democracias atuais

A principal ameaça à democracia não é a violência, a corrupção ou a ineficiência, mas sim a simplicidade. A uniformidade, a simplificação e os antagonismos grosseiros são muito sedutores para aqueles que não toleram a ambiguidade, a heterogeneidade e a multiplicidade de significados do mundo, e para aqueles que são incapazes de reconhecer a natureza construtiva do conflito social. Na sua forma atual, a prática política constitui uma capitulação ao que é complexo, em conformidade lógica com o facto de que a atual conceptualização da filosofia política não está preparada para lidar com a complexidade social. Se ainda faz sentido aspirar a uma democracia que seja compatível com a complexa realidade das nossas sociedades, temos de encontrar outra forma de pensar a democracia e outra forma de governar.

O meu livro “Uma teoria de democracia complexa” destina-se àqueles que não acreditam em respostas simples, mas que também rejeitam o desespero como uma resposta à complexidade dos nossos problemas. A expressão comum de que não há nada mais prático do que uma boa teoria pode ser um pouco exagerada, mas podemos estar seguros de que não há nada menos prático do que uma má teoria ou falta dela, ou seja, a falta de compreensão do que se passa, sobretudo quando a realidade social mudou ao ponto de ser ininteligível quando observada do ponto de vista dos conceitos antigos. Desde a “viragem ideológica” da teoria política nos anos 90 (Blyth), podemos afirmar que a democracia está agora a viver um “momento teórico” que nasceu da necessidade de a reavaliar, pois a situação atual é notavelmente diferente do que era quando a maior parte do seu quadro categórico foi estabelecido. Pode acontecer que alguns conceitos que, na altura, eram “ficções úteis” se tenham agora tornado “simplificações confusas”, ao passo que a revitalização mais promissora das nossas democracias tem lugar quando as tornamos mais complexas (Rosanvallon), de acordo com uma realidade que já não corresponde às antigas simplificações. Além disso, quando aquilo que teorizamos é a própria democracia, isto não é suficiente para que o resultado seja verdadeiro; também deve ser inteligível e deve responder às expectativas normativas encontradas na invenção democrática e aos valores centrais desta forma de organização da coexistência humana. Isto acontece porque é possível que

algum do nosso alheamento político tenha algo a ver com o facto de compreendermos muito pouco acerca do nosso próprio tempo, de como esta sociedade funciona e de quais podem ser as nossas opções de ação dentro dela.

A simplicidade que critico tem duas versões: simplicidade enquanto inadequação conceptual e simplicidade como instrumento ideológico; por outras palavras, como uma questão teórica e como um problema prático. Por um lado, é uma incapacidade de adaptação às transformações do mundo moderno; por outro, refiro-me a uma série de práticas políticas que – talvez porque não foram precedidas de uma revitalização conceptual – agravam esse fracasso ao apresentar a luta política como uma simplificação que constitui um fim em si mesma. Renunciar à sofisticação teórica leva a uma prática política que beneficia aqueles que são mais bem-sucedidos na luta pela simplificação, mesmo que isto não proporcione qualquer clareza e torne ainda mais difícil compreender o que está verdadeiramente em causa.

No primeiro caso, a simplicidade deriva dos nossos conceitos políticos ultrapassados, que foram concebidos numa época de relativa simplicidade social e política, antes dos conflitos sociais em grande escala que inauguraram o mundo contemporâneo, com sociedades relativamente homogêneas que não estavam familiarizadas com o tipo de pluralismo cultural e político que existe hoje em dia, com tecnologias que eram pouco sofisticadas em comparação com as que empregamos atualmente, com formas relativamente simples de governação, e em espaços autárquicos e desconexos.

As sociedades já não são assim, mas o quadro categórico permanece como se fossem. Esta discrepância na teoria política tem muito a ver com uma evolução na sociedade, na ciência e nos diferentes subsistemas sociais. Esta evolução não foi acompanhada de uma renovação correspondente das categorias políticas. Tomemos como exemplo a evolução da ciência ao longo destes anos. A ciência moderna e a democracia moderna eram atividades intimamente relacionadas. O mundo calculado por Newton ou Laplace era o mesmo que o mundo cuja governação foi formulada por Rousseau ou Adam Smith. Estávamos na era de uma visão mecânica do mundo, da ciência moderna e das suas categorias epistemológicas. Não é surpreendente, portanto, que os conceitos mais básicos de teoria política derivem de uma física social elaborada com categorias mecanicistas do mundo natural. Esta conceção do mundo conduziu, por exemplo, à visão realista das relações internacionais, à interpretação funcionalista da integração europeia ou às práticas dos urbanistas. É também verdade que, embora a ciência tenha mudado muitos dos seus paradigmas, os conceitos centrais da teoria política não foram envolvidos numa transformação correspondente. Os nossos modelos de tomada de decisão, previsão e governação continuam a basear-se em critérios de verosimilhança que não preenchem as condições de complexidade intensa. É cada vez mais evidente que os antigos instrumentos concebidos para espaços definidos e para tempos mais lentos e sincronizáveis têm um valor limitado.

Pode ser útil considerar a evolução das metáforas que usamos para explicar o funcionamento das sociedades: no século XVIII, o sistema político foi imaginado de acordo com a lógica dos equipamentos mecânicos, como relógios e balanças; no século XIX, com organismos; e no século XX, com funções e estruturas (com sistemas cibernéticos). Será que temos hoje uma teoria política que corresponde à complexidade que as ciências mais avançadas descrevem? A neurologia, por exemplo, está a fornecer-nos visões e conceitos que fazem as nossas atuais formas de governo parecerem simplificações inadequadas. Não parece possível que os seres humanos, que gozam de tal subtileza neuronal, tenham organizações políticas tão rudimentares.

Há interpretações simplistas da realidade que oferecem explicações lineares, binárias ou moralizantes e sobrestimam a nossa capacidade de afetar a realidade. Outras interpretações ignoram o lado trágico e cómico das coisas, ou seja, a interferência de princípios e valores que se sobrepõem e se deslocam, lutando entre si ou mantendo a paz de uma forma inevitavelmente precária. Soluções simples tendem a produzir uma flexibilização temporária da perplexidade e dos conflitos, mas acabam por piorar as coisas tanto no domínio do conhecimento como no da ação, diminuindo a nossa capacidade cognitiva e as nossas opções práticas. Quando uma filosofia política excessivamente normativa coloca categorias morais acima da subtileza analítica, quando a unidade coletiva deixa de prestar atenção à lógica da pluralização e da exclusão, quando a teleologia histórica é assumida sem registar os fenómenos de dispersão e pseudomovimento, então o que temos é uma teoria com pouca ou nenhuma observação, um normativismo que está na verdade a confrontar um mundo que não compreende e a compensar a sua falta de análise com prescrição.

Poder-se-ia enquadrar este drama, que é antes de mais teórico, em termos de uma questão inquietante sobre se a filosofia política é capaz de compreender a complexidade do mundo atual e fornecer algum tipo de orientação para o governar. As nossas instituições são capazes de “governar um mundo de complexidade incrivelmente crescente” (Skolnikoff)? Poderá a democracia sobreviver à complexidade das alterações climáticas, inteligência artificial, algoritmos e produtos financeiros? Ou devemos resignar-nos à conclusão de que esta complexidade constitui uma verdadeira ameaça à democracia (Dahl)? Se não conseguirmos compreender e governar democraticamente estas novas realidades, faltar-nos-ão argumentos para contrariar aqueles que fazem promessas sobre os benefícios que supostamente resultarão da renúncia aos requisitos democráticos.

Se passarmos da teoria à prática, descobrimos que a incapacidade de conceber um sistema político complexo corresponde à incapacidade de lidar com esse sistema complexo de uma forma que não o simplifica e empobrece. Esta segunda categoria de simplismo é pragmática e obedece a uma estratégia intencional para esquematizar o campo político em benefício próprio. Os nossos sistemas políticos não têm sido capazes de gerir a crescente complexidade do mundo e são impotentes perante aqueles que oferecem uma simplificação tranquilizadora, perante aqueles “*terríveis simplificadores*” descritos pelo historiador Jacob Burckhardt, mesmo que seja pelo preço de uma falsificação grosseira da realidade e não represente mais do que

um alívio a curto prazo. Existem muitos exemplos práticos desta redução inapropriada da complexidade. Aqueles que falam hoje de limites, responsabilidade e interesses comuns têm tudo a perder perante aqueles que, por exemplo, estabelecem limites categóricos entre “nós e eles”, ou um contraste pouco sofisticado entre a elite e o povo, de tal forma que a responsabilidade e a inocência são apontadas de uma forma tranquilizadora. A ênfase nas características pessoais dos líderes políticos é uma simplificação útil que parece recuperar a inteligibilidade do que é político e acentuar o seu valor de entretenimento. O crescente significado do carisma (e a sua correspondente transitoriedade) é uma indicação de que o momento pessoal representa uma fuga à complexidade das coisas. Outra capitulação muito atraente face à complexidade passa por maximizar a categoria da eficácia do sistema político, geralmente no que diz respeito à economia, mesmo que exista uma recusa correspondente em aplicar um princípio de justiça à questão dos critérios que devem ser utilizados para determinar se um determinado resultado é eficaz. Uma das coisas que torna a incerteza mais suportável é encontrar um culpado para culpar, uma vez que isso nos exonera da difícil tarefa de criar responsabilidade coletiva. Não importa que muitos candidatos proponham soluções ineficazes para problemas mal identificados, desde que tudo seja tão claro como um muro, que um culpado tenha sido designado e que sejamos capazes de nos reconhecer como parte de um “nós” inquestionável.

Do ponto de vista ideológico, a principal consequência desta rejeição da complexidade é o estabelecimento de uma grande rutura, uma divisão insustentável do trabalho entre o princípio da realidade e o princípio do prazer, entre a descrição da realidade e o plano normativo, entre a tecnocracia e o populismo, entre aqueles que fazem com que as coisas funcionem e aqueles que apenas parecem interessados em como devem funcionar. A cisão entre razões tecnocráticas e razões populistas, que faz contrastar eficácia e democracia, é a grande divisão que caracteriza as nossas sociedades democráticas e molda o principal eixo do antagonismo político atual. É um quadro que não só força escolhas trágicas do ponto de vista das nossas convicções democráticas, mas também da eficácia dos nossos sistemas de governo: aqueles que ignoram a complexidade acabam por governar ineficazmente, mas aqueles que apenas se deixam guiar por critérios técnicos esquecem-se facilmente das obrigações de legitimidade e, em ambos os casos, as exigências de eficácia e as exigências de democracia são prejudicadas.

Algo semelhante pode ser visto nas nossas principais construções ideológicas – as distinções entre direita e a esquerda, conservador e progressiva, a elite e o povo, a transformação e a preservação – que apresentam o mundo como um lugar mais ordenado do que uma descrição real da complexidade e das contradições do mundo. Poder-se-ia dizer que não explicam o suficiente porque explicam demasiado, porque ordenam, categorizam e simplificam mais do que a complexidade das coisas o permite fazer. São distinções que obedecem a uma necessidade de direção que cede a uma sociedade complexa e diferenciada.

Os grupos mais importantes na configuração da nossa paisagem política – a esquerda socialista, a direita conservadora e os liberais individualistas – mantêm, em geral, um andaime ideológico que não se alinha com a complexidade social ou com a forma como concebem a sociedade e o indivíduo, a transformação e a preservação. Não está de acordo com os seus objetivos nem com os seus métodos de intervenção. A esquerda faz uso da metáfora da transformação para superar a crise do capitalismo. O capitalismo corresponderia à sociedade como um todo, entendido como um objeto identificável e acessível que pode ser controlado pelo poder político. A esquerda tende a assumir que o mundo pode ser descrito objetivamente e que as nossas intervenções sobre ele são regidas por causalidades que ligam as ações diretamente aos efeitos. A perspectiva conservadora é mais realista, no sentido em que se baseia na própria dinâmica do sistema, a qual – na sua opinião – só pode ter um efeito modesto. Num contexto tão dinâmico como a sociedade de hoje, a passividade é uma forma de agir, uma ideologia que se apresenta como carecendo de uma ideologia, mas que implica resignação perante os problemas que só podem piorar quando nada é feito. Culturalmente, os conservadores reclamam um tipo de homogeneidade social e valores que não correspondem à heterogeneidade e ao pluralismo das sociedades atuais. E os liberais têm um conceito do indivíduo, do mercado e da escolha racional que parece ignorar dimensões de complexidade social, como a inserção das pessoas nos sistemas, as limitações estruturais das nossas decisões ou o grande número de intervenções que devem ser realizadas para que esta instituição de mercado da qual têm uma conceção reducionista funcione.

Se queremos que estas ideologias representem opções úteis quando se trata de governar a sociedade de hoje, elas devem ser concebidas de uma forma mais sofisticada, e devem ser perspectivados outros meios de intervenção que estejam mais de acordo com a nova realidade social. Uma sociedade complexa deve recusar-se a configurar algo como um núcleo a partir do qual será organizado o funcionamento das diferentes linhas de raciocínio que intervêm na sociedade. O mundo não pode ser governado por um Comité Central, pela Google, por especialistas ou pelo Exército de Libertação Popular, não porque sejam maus ou tenham intenções perversas, mas essencialmente porque a estrutura que têm para processar informação e governar não corresponde à riqueza dos elementos, aos valores, à informação e à inteligência distribuída de uma sociedade complexa. Apesar disso, a maioria dos diagnósticos e propostas políticas não renunciam a esta ideia: a direita continua a pensar na comunidade e na coesão de um povo homogéneo, os liberais pensam na soberania do indivíduo e na infalibilidade dos especialistas e a esquerda contempla uma transformação política da sociedade. Estas são descrições politizadas que sobrestimam as possibilidades de ação coletiva através de intervenções centrais. Algumas pessoas têm confiança excessiva na capacidade de intervenção do Estado a partir do exterior, e outras têm demasiada confiança nos comportamentos individuais e na capacidade de autocorreção do sistema. O programa liberal, que passa por abordar todos os problemas através da austeridade, é tão inadequado como a crença de que eles podem ser resolvidos através da participação ou da moralização. A primeira coisa que este foco na complexidade nos ensina é que uma intervenção na sociedade deve ser realizada através de uma combinação de procedimentos mais subtis. É verdade que os sistemas complexos estão continuamente a organizar-se

e este processo não é compatível com a tentativa de os controlar. Os liberais têm razão neste ponto, mas não têm em consideração o outro lado da realidade, as ineficiências da autorregulação ou os resultados indesejáveis da agregação. O socialismo é mais ambicioso na sua intervenção, mas muitas vezes menos consciente dos seus limites. A política de complexidade aponta para uma combinação de ambos os focos, na medida em que aceita a complexidade do sistema mas, ao mesmo tempo, sabe que as suas intervenções terão influência na realidade emergente das sociedades.

A ideia de democracia que apresento no meu livro tenta superar o contraste entre democracia e complexidade sem enfraquecer as aspirações democráticas ou a eficácia dos governos. Como devemos olhar para esta compatibilidade? Sem dúvida que existirão sempre tensões não resolvidas entre ideais que não são facilmente compatíveis, bem como preferências ideológicas por um ou outro ideal, mas o que temos atualmente assemelha-se mais a uma incompatibilidade de princípios, e é isso que devemos ser capazes de ultrapassar. A minha hipótese é de que esta rutura é produzida por uma falta de complexidade nas nossas instituições (em contraste com a complexidade dos problemas que precisam de ser resolvidos), a qual só pode ser adequadamente abordada através da junção da democracia e da complexidade. Uma teoria de democracia complexa poderia constituir o quadro concetual mais adequado para articular exigências que só parecem contraditórias porque a nossa ideia de democracia e as nossas práticas de governo não foram abertas à perspectiva da complexidade. A democracia não é incompatível com a complexidade, muito pelo contrário. O dinamismo interno da democracia e a sua capacidade de autotransformação fazem dela o sistema de governo que está mais bem preparado para gerir a complexidade.

Pensar em democracia hoje em dia requer examinar a congruência entre a complexidade do sistema e a complexidade dos seus problemas. Existe um princípio geral da teoria das organizações que adverte que, quando há maior incerteza no ambiente, deve haver um aumento da complexidade do sistema em termos da sua capacidade de antecipação e resposta. Os sistemas complexos necessitam de uma conceção complexa correspondente de governo para a sua auto-organização. A cibernética apresentou-a como “a lei da variedade necessária” (Ashby), porque só a complexidade pode reduzir a complexidade. Quanto mais complexidade interna houver, mais a complexidade externa pode ser reduzida, mais amplo é o raio de perceção e maior é o leque de tomada de decisões. A flexibilidade, por exemplo, seria um fator dessa capacidade face a uma estabilidade indesejável; a simplificação (da coisa em si e do ambiente) poderia ser entendida, por outro lado, como uma consequência da falta de complexidade interna.

Uma democracia que rege as contingências produzidas pelos seus sistemas funcionais autónomos, as suas interações e os seus riscos não pode ser mantida nas estruturas simples da democracia primitiva. A conceção da política clássica é infra-complexa e inadequada para os problemas gerados pela sociedade contemporânea; não tem o correspondente nível de complexidade interna quando se trata de elaborar informação, nem as competências cognitivas, nem os processos sofisticados de tomada de decisões. A complexidade é, para a democracia, algo mais do que

apenas ser eficaz ou aceitar o realismo; representa uma oportunidade para completar a democracia, impondo algumas facetas da mesma que tendem a ser negligenciadas na celebração unilateral de outras facetas.

Um exemplo da capacidade de lidar com a complexidade é-nos fornecido pelo historiador económico Joel Mokyr, com a sua ideia de que houve um tempo em que o Parlamento Britânico representava a maior concentração de inteligência de todas as instituições europeias. Por possuir um tão grande número de dossiês sobre o mundo, a Inglaterra tinha muito mais informação do que o resto das monarquias europeias. Isso permitiu melhores leis sobre propriedade e indústria, o que levou ao crescimento económico e à Revolução Industrial. Serão os nossos sistemas políticos atuais capazes de lidar com uma quantidade semelhante de complexidade?

O problema que estamos a enfrentar exige mais do que simples reformas políticas exigiriam. Uma reconsideração generalizada das nossas formas de organização exige uma transformação total das formas habituais de governar. Provimos de um modelo de organização adequado a uma sociedade industrial com uma estrutura económica “fordista”, a formação de vontade política dentro de um quadro estatal, com caminhos mais ou menos bem definidos, estratificação social estável e regras claras para o progresso social. Os papéis dos géneros e as hierarquias geracionais também eram claros. Foi um modelo estruturado por uma administração estatal e a integração de peritos, uma combinação de capitalismo, Estado social e progresso técnico-científico. A nova gestão da complexidade, por outro lado, tem de enfrentar a sua própria dinâmica mais intensa de diferentes raciocínios desagregados da sociedade, com espaços globalizados cuja economia é difícil de regular, onde a autonomia política colide com a interdependência, bem como as diferentes velocidades dos subsistemas sociais.

O sistema político atualmente em vigor em áreas de elevada complexidade ainda não encontrou a sua teoria democrática. Temos de redescrever o mundo atual com categorias de globalização, conhecimento e complexidade. A política não deve continuar a confrontar os problemas do século XIX ou XX, mas sim os problemas do século XXI, que exigem a capacidade de gerir a complexidade social, a interdependência e as externalidades negativas, em condições de ignorância insuperável, desenvolvendo uma capacidade estratégica especial e tirando partido das competências distribuídas da sociedade civil. Se a democracia transformou a *polis* no Estado nacional e direciona a democracia para a democracia representativa, não há razão para supor que não possa lidar com novos desafios, desde que esteja equipada com um desenho político apropriado. Se a democracia liberal da era industrial nos permitiu falar sobre a “inteligência da democracia” (Lindblom), a sua utilidade e eficácia para uma sociedade global do conhecimento ainda é uma questão em aberto. Uma teoria de democracia complexa como a que estou a propor não é a solução para todos os nossos problemas, mas é um primeiro passo para explorar e organizar um labirinto que é largamente desconhecido para nós.

Robert Musil disse que “a diferença entre uma pessoa normal e uma louca é precisamente que a pessoa normal tem todas as doenças da mente, enquanto o louco tem apenas uma”. Seguindo esta analogia, poderíamos afirmar que a diferença entre uma democracia complexa e uma simplificada é que a primeira tenta equilibrar diversos valores, facetas e procedimentos, que muitas vezes não são congruentes, mesmo à custa de instabilidade ou contradição, enquanto a segunda exalta um dos seus procedimentos – quer seja a vontade instantânea do povo, a promessa da eficácia dos peritos ou a estabilidade da ordem jurídica – e despreza tudo o resto. Se os seres humanos não enlouquecem, é apenas porque compensamos um excesso com outro. Algo semelhante acontece com a democracia, que melhora à medida que se torna mais complexa; por outras palavras, ao articular os seus elementos de tal forma que a deformidade potencial de tudo o que não é contrabalançado e limitado é corrigida. Uma democracia complexa é aquela que é capaz de orquestrar todas as suas facetas de uma forma equilibrada.



Daniel Innerarity é professor de filosofia política, investigador “Ikerbasque” na Universidade do País Basco e professor no Instituto Universitário Europeu (Escola de Governança Transnacional). Anteriormente, foi membro académico da Alexander von Humboldt Foundation da Universidade de Munique e professor convidado da Universidade de Paris 1-Sorbonne, da London School of Economics e da Universidade de Georgetown. Entre os seus recentes livros publicados em inglês destacam-se *Ethics of hospitality* (2017), *The democracy in Europe* (2018), *Politics in the Times of Indignation* (2019) e *A Theory of Complex Democracy* (2021).

GULBENKIAN IDEAS

GULBENKIAN.PT

FUTURE FORUM